

1. “O aumento de despesa e a diminuição da receita fiscal irão requerer montantes de financiamento substanciais que constituirão um desafio para a sustentabilidade da dívida pública, especialmente se as taxas de juro soberanas começarem a aumentar consideravelmente.” Conselho das Finanças Públicas: 26 de Março de 2020

Comente, desenvolvidamente, a afirmação.

RESPOSTA:

- *Clarificar o conceito de dívida pública e as várias modalidades (principal e acessória);*
- *Designar o conceito de dívida constante do Protocolo relativo ao procedimento aplicável em caso de défice excessivo anexo ao Tratado da União Europeia (Maastricht, 1992) – “para os fins do procedimento aplicável em caso de défice excessivo na União Económica e Monetária, assim como para o pacto de estabilidade e crescimento, o protocolo anexo ao Tratado da União Europeia (Maastricht, 1992) fornece uma definição completa de dívida pública”. Assim entende-se por dívida o valor nominal global bruto, existente no final do exercício, e consolidada pelos diferentes sectores do Governo em geral. Esta definição é completada pela revisão do Regulamento n.º 3605/93 do Conselho (ver no anexo VI), que especifica as componentes da dívida pública, por referência às definições dos passivos financeiros no SEC 95 ;*
- *Invocar a realidade financeira portuguesa e o risco em face do aumento da dívida pública.*

2. Imagine que um município celebrou um contrato de empreitada de obras públicas no valor de €1.600.000 com uma empresa, tendo pago essa importância a esta empresa mesmo antes de ter sido decidido o visto prévio pelo Tribunal de Contas.

Quid juris? (Identifique o(s) problema(s) suscitado(s) no enunciado e justifique a sua posição num máximo de dez linhas).

RESPOSTA:

- *Explicar a natureza do Tribunal de Contas como entidade jurisdicional de controlo externo;*
- *Enumerar os diplomas aplicáveis, nomeadamente a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;*
- *Distinguir o visto prévio (artigos 44.º e ss. da LOPTC) da apreciação política dos objectivos a efectuar pelo Tribunal de Contas.*
- *Identificar as competências da 1.ª Secção – Visto;*
- *Identificar o artigo 45.º e os efeitos da recusa de visto ou efeitos na pendência do visto (o contrato não produz qualquer efeito, nem mesmo quanto aos pagamentos).*

3. Um grupo de deputados prepara-se para propor uma subida da taxa de IVA de 23% para 25% e igualmente uma subida na despesa da protecção civil, para uma maior prevenção e protecção face ao previsível aumento de incêndios florestais neste verão.

Quid juris? (Identifique o(s) problema(s) suscitado(s) no enunciado e justifique a sua posição num máximo de dez linhas).

RESPOSTA:

- *Distinguir procedimento orçamental originário e derivado (alterações orçamentais);*
- *Identificar o artigo 167.º, n.º 2 da CRP e explicar como opera nos vários tipos de procedimento.*

4. Uma instituição do ensino superior público, situada no Norte do país, suporta uma despesa mensal de €100,00 com cada um dos seus alunos, pagando uma propina mensal de €150. No entanto, estão isentos do pagamento de propina os alunos cujo agregado familiar tiver um rendimento anual inferior a €20.000. Por seu lado, 10% da propina paga é destinada aos bombeiros da cidade onde está situada aquela instituição.

Quid juris? (Identifique o(s) problema(s) suscitado(s) no enunciado e justifique a sua posição num máximo de dez linhas).

RESPOSTA:

- *Distinguir imposto de taxa;*
- *Reconduzir o conceito de propina a um dos tributos e explicar;*
- *Identificar o princípio da não consignação e as suas exceções (artigo 16.º da LEO).*

5. O Diretor-geral das Atividades Florestais decidiu alienar o edifício onde funciona a sede da Direção-geral em causa, preparando-se para adquirir outro edifício para futuras instalações da instituição.

Quid juris? (Identifique o(s) problema(s) suscitado(s) no enunciado e justifique a sua posição num máximo de dez linhas).

RESPOSTA:

- *Distinguir serviços integrados e serviços e fundos autónomos;*
- *Identificar a Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei 8/90, de 20 de fevereiro) e o Regime da Administração Financeira do Estado (DL 155/92, de 28 de julho);*
- *Verificação dos poderes conferidos a cada um dos serviços em termos de receitas patrimoniais.*

6. O orçamento do Estado já não pode ser considerado uma previsão meramente anual de receitas e de despesas.

Concorda/Não concorda? Justifique, não ultrapassando as dez linhas.

RESPOSTA:

- *Identificar o princípio da anualidade e da plurianualidade;*
- *Artigo 14.º da LEO;*
- *Identificar o conceito de programa orçamental (artigo 45.º da LEO).*

7. Um imposto sobre o rendimento das pessoas singulares com uma taxa fixa seria inconstitucional.

Concorda/Não concorda? Justifique, não ultrapassando as dez linhas.

RESPOSTA:

- *Explicar que o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza.*
- *Definir sistema fiscal como o conjunto dos impostos vigentes num determinado ordenamento;*
- *Princípios elementares subjacentes ao sistema fiscal – igualdade tributária, capacidade contributiva, tributação pelo lucro real, etc.*
- *Identificar a capacidade contributiva como medida da igualdade tributária;*
- *Identificar o artigo 104.º, n. 1 da CRP e mencionar o IRS como imposto único e progressivo.*